

PACTU

Órgão oficial de informação dos Sindicatos dos Bancários de Paranavai, Campo Mourão, Toledo, Umuarama/Assis Chateaubriand e Guarapuava.

ANO IV - Nº 37 - Janeiro/Fevereiro 2000

fetec/PR

CUT Brasil

CNB - Sindicato Nacional

**O ANO 2000 PROMETE
MAIS EMPREGOS NO
BRASIL.**

**PROMETE TAMBÉM MAIS
FLEXIBILIDADE NAS LEIS
TRABALHISTAS. O QUE É
SINÔNIMO DE PERDAS.**

**MAS TRAMBÉM VAI TER
ELEIÇÕES MUNICIPAIS, O
QUE É UMA OPORTUNI-
DADE DE EXCLUIR OS
MAUS POLÍTICOS.**

PÁGINAS 4 E 5

*BB retira direitos, Caixa
faz proposta ruim e HSBC
dificulta auxílio-educação*

PÁGINAS 2 E 3

LERNER FALIU O PARANÁ

PÁGINA 6

FHC QUER OS 40% DO FGTS

PÁGINA 7

HSBC DIFICULTA PPR E AUXÍLIO EDUCAÇÃO

A Comissão Nacional dos bancários do HSBC está solicitando ao banco um calendário de negociações para tratar dos principais assuntos como o novo convênio médico, a bolsa educacional, O PPRxPLR, horas extras e a demissão de veteranos.

Convênio médico: a Comissão não aceita que o novo convênio médico passe a cobrar dos funcionários até 10% sobre exames de análises e patologia clínica, 5% sobre pequenas cirurgias e atendimento ambulatorial e, R\$6,00 por consulta.

A Comissão entende que o Banco foi autoritário e não ouviu os funcionários antes de fazer a proposta.

PPR: as novas regras dificultam o entendimento



HSBC: Paralisação pela volta do auxílio educação

para o PPR de 2000. O banco pretende compensar o PPR no pagamento da PLR e propõe também como despesas administrativas da unidade.

A folha de pagamento já representa 55% das despesas administrativas, se configurar PPR como despesas, vai ser um certo impedimento para reajustes salariais.

E alguma unidade ainda pode demitir só para receber o PPR, aumentando o excesso de trabalho.

Bolsa Educação, difícil: a retirada desse benefício foi motivo de paralisações em todo Brasil,

inclusive no Palácio Avenida, em Curitiba, o que fez o banco assumir o compromisso de voltar o benefício em 2000. No entanto, o pedido depende da avaliação do gerente, e as despesas com o auxílio vão para a unidade, pesando no cumprimento de metas, nas receitas e custos da mesma.

Para Wilson de Souza, funcionário do HSBC e diretor do Pactu, "isso pode gerar um número reduzido do auxílio, e é muito importante que os bancários que tiverem seu pedido indeferido pelo gerente, procurem o seu sindicato para ajudar na concessão do auxílio".

UNIBANCO É HORROR

Os funcionários do Unibanco sofrem com excesso de horas extras. A agência de Umuarama é campeã em descumprir a lei e o acordo coletivo. Mesmo após inúmeras denúncias ao RH, e após as multas da DRT, o sindicato teve que adentrar à agência para interromper os trabalhos aos sábados. Para Lindomar Aparecido Soares, funcionário do Unibanco e diretor do Pactu "a intervenção do sindicato, com presença da imprensa, foi uma alternativa para impedir tal atitude." Ainda



Sindicato do Pactu surpreende Unibanco

para Lindomar, que está há mais de um ano tentando solucionar o problema, vê que o desrespeito está com a política de RH do banco, que não contrata funcionários de acordo com a demanda existente. No dia da invasão, o gerente administrativo José Eduardo, assinou documento se

comprometendo a pagar as horas extras, mas alegou que já tinha um acordo com os funcionários e o consentimento do banco. Para Edilson José Gabriel, coordenador do Sindicato, "mesmo assim estão todos em

descumprimento com a lei." Avalia que a "os funcionários, elo mais fraco desse desmando, podem até concordar com medo de perder o emprego." A intervenção de Umuarama foi registrada em vídeo e encaminhada a Comissão de funcionários do Unibanco que também vai levar o problema ao RH do Unibanco.

EXTRAS DO HSBC

O Pactu alerta que existe uma ação com tutela antecipada, impetrada pela FETEC-CUT- que obriga o pagamento de horas extras e proíbe a compensação no HSBC. Portanto denuncie ao sindicato se sua unidade está compensando e não pagando.

Trabalho escravo no BB

Segundo informações, o banco de horas do BB só existe no papel. Os Sindicatos estão entrando na justiça questionando o Banco de Horas. A

Comissão de Empresa dos funcionários espera também, que com os novos concursados, os problemas do excesso de trabalho e dos estagiários sejam resolvidos.

Abono sem imposto

Os Sindicatos avaliam a possibilidade de entrarem com ação na Justiça Federal, pedindo a insenção de IR nos abonos do BB e da CEF. O Pactu, assim como os demais sindicatos, entendem que abono não é salário e portanto não deve ser tributado. Caso contrário, vão pedir os reflexos no FGTS, no INSS, férias e outros.

Pactu

EXPEDIENTE

Publicação dos Sindicatos dos Bancários do PACTU

Conselho Editorial

Paranavaí - Neil Emídio Júnior

- fone (0xx44) 423-3402

e-mail: seebpvai@fornet.com.br

Campo Mourão - Nivaldo Simoni

- fone (0xx44) 823-3492

e-mail: seebcmcut@start.com.br

Toledo - Valtair C. Apolinário

- fone (0xx45) 252-1851

e-mail: sbtr@toledonet.com.br

Umuarama/Assis Chateaubriand

Wilson de Souza - fone (0xx44) 622-1979

e-mail: seebumu@fenixnet.com.br

Guarapuava - Elói Myska

- fone (0xx42) 723-1371

e-mail: seebgpva@almix.psi.br

Jornalista: Joel Guedes

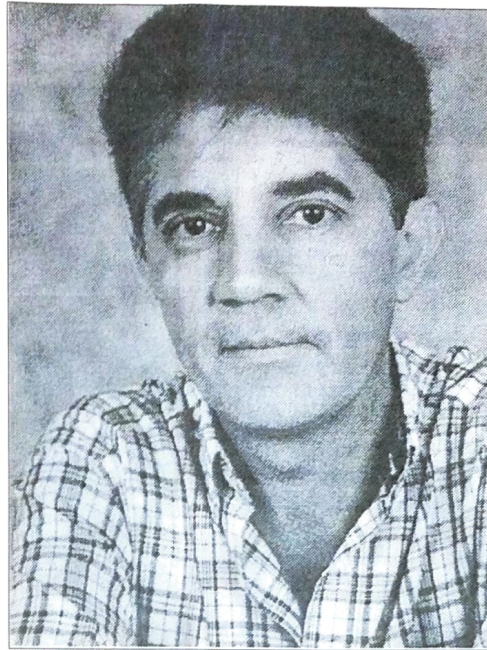
Tiragem: 3.300 exemplares

Impressão: Gráfica São Paulo (44) 622-4787

BB retira direitos

Se não bastassem entrar para o sexto ano sem reajuste salarial, os bancários do Banco do Brasil foram surpreendidos pela direção do banco com retiradas de direitos. Entre os principais estão o ATS (adicional por tempo de serviço), abaixou o valor do adicional noturno em 10% (de 60% pra 50% sobre salário), recuou de R\$100,00 para R\$90,00 no auxílio-creche e de R\$8,40 para R\$8,20. Acabou com os delegados sindicais de base e cortou o pagamento de dirigente sindical liberado.

O Banco não esperou que as assembleias avaliassem sua última proposta. Também não avaliou a última contraproposta feita pela Comissão de Empresa, e no último dia 7 comunicou o fim das negociações e o encerramento da campanha salarial 99/2000. Os Sindicatos estão preparando assembleias para discutir a continuidade da campanha, e autorização para questionar na justiça a restituição do PCS, para cumprimento do Acordo da FENABAN, para uma contra-notificação extra judicial discordando da postura da empresa de romper unilateralmente as negociações. As assembleias devem



Paulino: abono saía negociando, não precisava do TST

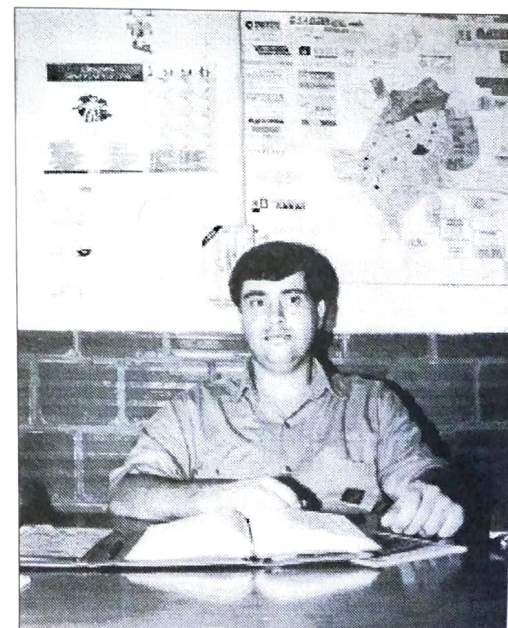
autorizar também que os Sindicatos façam representação nas Procuradorias Regionais do Trabalho contra a implementação unilateral do Banco de Horas e Folha de Individual de Presença – FIP- e ainda outra ação dando caráter de coação e crime contra a organização sindical. Para a comissão de empresa, o importante é os funcionários se engajarem mais nas mobilizações, caso contrário a prepotência do banco deve continuar. Para a Comissão, o julgamento do TST foi

de cartas marcadas. Um dos ministros, Almir Pazzianoto, na seção de julgamento, pediu por duas vezes ao banco que lhe explicasse “como é mesmo a proposta do banco”. Antes outros ministros alardearam pela imprensa que votaria contra qualquer reajuste. A CNB e os Sindicatos da CUT nunca tiveram dúvidas de que o TST sempre esteve ao lado dos patrões. E em se tratando de banco ou funcionalismo público é uma extensão do Governo. Ainda para Comissão, só a CONTEC não vê isso e facilita ao banco retirar direitos, como está fazendo este ano. Após o julgamento, o banco entendeu que a campanha acabou e notificou os Sindicatos dando por encerrada a campanha e listando os direitos retirados. Para os Sindicatos de Bancários da CUT, que não autorizaram a CONTEC a entrar com dissídio, e vai questionar no STF o fato do TST desrespeitar o inciso III do artigo 8º da Constituição, que garante ao sindicato “a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, inclusive em questões judiciais ou administrativas”. Para Paulino Alves de Almeida, diretor do Pactu em Umarama e membro da Comissão de Empresa, “o abono (2.500,00) poderia ser conseguido através das negociações, sem perdas.

CEF faz proposta mínima

A direção da Caixa apresentou uma proposta no último dia 21, constando os seguinte pontos: PRX de 6,25% do salário com pagamento em março. Auxílio-alimentação de 8,50 retroativo a setembro de 99. Auxílio-creche, fica como está, 105,00. Indenização por assalto, também fica como está, 60.000,00. Adicional noturno, das 22h às 07h, de 50% sobre salário normal. Jornada extra: pagamento de 30% e compensação do restante por seis meses consecutivos, com pagamento de resíduos no mês subsequente. Passivo de horas: 96 a 98 pagamento integral. De 98 e 99 pagamento de 40% e compensação do restante até agosto deste ano. Libera um dirigente com ônus para

cada associação com mais de mil associados. Outras liberações, apenas sem ônus para empresa. Liberação de até 4 dirigentes para FENAE, sem ônus para a empresa. Para as entidades sindicais libera 25 dirigentes sindicais. Sobre os dias parados não quis discutir os reflexos ou a reposição, alegaram questão de princípio. Sobre a Licença-prêmio, se propõe a converter 23 dias em Apip. Alegaram também que estão fazendo isso, como um mimo, para acelerar no fechamento do acordo. Essa proposta foi feita por E-mael. A Comissão dos funcionários avalia a proposta, que também deverá ser discutida em assembleia dos funcionários.



Marcelo Montanha, funcionário da Caixa e diretor do Pactu, avalia que para melhorar a proposta é preciso intensificar a mobilização do funcionalismo.

O ano 2000 vai ter mais emprego e mais per

Desemprego vai diminuir

O mundo não acabou. Os ânimos se redobram e as esperanças se renovam. Teólogos de diversas religiões apontam para preocupação das pessoas com o espírito, com Deus. Cientistas apostam que, nos próximos anos, haverá cura de males como Aids, câncer e até da calvície. E no Brasil, os números indicam que 2000 vai ser melhor do que as duas últimas décadas. Economistas de várias correntes ideológicas apontam para o crescimento econômico no Brasil no ano 2000. Falam de 4% a 5% do PIB, de 6% de inflação, e de juros de 16%. Com esses números o Brasil terá a diminuição do desemprego.

O fim do mundo previsto para ano 2000, aconteceu mesmo em julho de 94, e nos anos seguintes, quando FHC, no auge da inflação zero, equiparou o Real ao Dólar. Esse fato, aliado com abertura total as importações, destruiu vários setores produtivos brasileiros, principalmente aqueles voltados às exportações. Para Mirna Loi Labre, diretora do Pactu em Campo Mourão "foi uma grande ajuda de FHC na criação de mais empregos, na

já rica economia dos EUA". Mirna esta certa, o resultado dessa política econômica foi muito desemprego.

Mas os empregos perdidos começam a ser reativados. O setor de calçados, por exemplo, volta a exportar de novo. Segundo empresários dessa área, toda indústria que tinha um bom mercado externo, demora um pouco a reativação, tem que reorganizar escritórios de vendas, fazer publicidade do produto, ou seja, a difícil tarefa de reaver clientes. Neil Emídio Júnior, diretor do Pactu em Paranavaí, vê no desemprego o maior problema social brasileiro, expõe sua posição com relação as importações. Para ele "o bom seria um Presidente que colocasse barreiras para as importações, impostos e taxas condizentes à daqueles países como os EUA que cobra 100% de impostos para, se quisermos vender lá, nosso aço ou nosso suco de laranja". O governo do EUA é um grande defensor da liberalidade econômica, mas que nem sempre a pratica, quando se trata de defender a economia Americana.

Reforma tributária prá gerar emprego

Para o deputado federal Padre Roque(PT-Pr), a oposição sempre defendeu inflação baixa com crescimento econômico, e tem proposta de uma reforma fiscal e tributária que onera menos os trabalhadores, as médias e pequenas empresas.

Na proposta consta punição severa a sonegadores e corruptores de tributos públicos. Sobretaxa as grandes fortunas como banqueiros e grandes grupos econômicos.

Para muitos analistas, seria o começo de um desenvolvimento econômico com geração de emprego no Brasil, independente de fundos internacionais e sem temer as oxilações do mundo financeiro.



Deputado federal padre Roque(PT-Pr): reforma tributária prá gerar emprego

Vai ter eleições municipais

Outro bom motivo que anima o ano 2000, é que vai ter eleições municipais. Cria-se alguns empregos temporários, e dá-se oportunidade para os eleitores reverem o voto.

Analisar se aquele vereador ou prefeito em quem votou, trabalhou de acordo com que prometeu. Geralmente prometem criar empregos, melhorar o atendimento à saúde, incentivar os agricultores. construir moradias. Se não fizeram isso, e pelo contrário, aumentaram IPTU, ou fizeram asfalto caro para população pagar, é bom mudar, e votar em outros candidatos. Outro motivo para eleitor mudar o voto é avaliar como anda o Governo de FHC e Lerner. Se avaliar que está ruim, também não vote em candidato a prefeito e vereador que fazem parte dos partidos que apoiaram a eleição desses dois cargos executivos. É bom lembrar que as eleições municipais é uma prévia das eleições presidenciais e para governo do estado.

Bancários mudaram a lei eleitoral

A lei eleitoral está mais rigorosa, e já classifica a doação de alimentos, de



Edilson: voto facultativo e fidelidade partidária prá democratizar a eleição no Brasil

óculos, dentaduras, remédios, pagamento de luz, entre outros, como crime eleitoral (antes não era), e na comprovação, pode se cassar a candidatura do meliante. E os bancários podem se orgulhar de terem ajudado a fazer esta lei.

Os Sindicatos do Pactu passaram nos locais de trabalho coletando assinaturas em abaixo-assinados, com um projeto de lei popular, propondo que virasse crime a compra de votos através de doações e ajudas. O projeto coletou mais de 1 milhão de assinaturas e virou lei, sancionada no ano passado e já vale para eleições municipais deste ano. A campanha do projeto foi uma iniciativa das igrejas católicas, através da CNBB e de várias outras igrejas protestantes, através dos Conselhos de Pastores. Edilson José Gabriel, respeitado por sempre acertar em suas previsões políticas, avalia que "a lei deixa a disputa mais democrática, mas vai ficar melhor quando for aprovada uma reforma política que contemple o voto facultativo e a fidelidade em programas partidários". Ainda para Edilson, político com cargo no legislativo que quiser mudar de partido, pode, mas o cargo fica com o partido que o elegeu.

As ações nos direitos individuais dos trabalhadores

Ações trabalhista mais rápidas

O rito sumaríssimo, aprovado neste mês de janeiro, pela Câmara Federal é uma medida interessante que vai, se implementada, dar mais agilidade a aquelas ações trabalhistas com valores até 40 salários mínimos



Mirna: rito sumaríssimo não resolve conflito nos locais de trabalho.

R\$5.440,00). Segundo a lei aprovada, as provas e testemunhas têm que ser apresentadas na primeira audiência, que deve ser realizada até 15 dias da data do ajuizamento da ação. Por motivo relevante o juiz pode entender por mais 15 dias. De qualquer forma a ação tem que ser julgada em 30 dias. Levantamentos do Ministério Trabalho mostram que 80% das ações trabalhistas têm

valores até 40 salários mínimos. Marcelo Montanha, diretor do Pactu e advogado trabalhista em Umuarama, vê com dificuldade a questão do prazo no rito sumaríssimo: "têm Juntas de Conciliação

que estão demorando um ano para realizar a primeira audiência. E pelo que sei, não estão sendo criadas novas estruturas (Juntas, juizes, etc...) para agilizar os trabalhos", afirma Marcelo. Já para Mirna Loi Labre, o rito sumaríssimo não resolve os conflitos no local de trabalho, uma vez que o trabalhador vai ter que sair do emprego para depois reclamar. Se reclamar:

A Comissão de Conciliação vai ser boa?

Para Neil Emidio Júnior, sim; se tiver a participação de dirigentes sindicais qualificados, ou do empregado com estabilidade, para poder defender com justiça seus companheiros, sem correr



Neil: Comissão pode ser boa se tiver participação de pessoas qualificadas com estabilidade

riscos de perder o emprego. Caso contrário, não. Esta Comissão de Conciliação Prévia (CCP) é facultativa. As empresas terão 60 dias para constituir esta Comissão. Será composta de mínimo dois e no máximo dez membros. Metade indicada pelo empregador e a outra metade eleita pelos trabalhadores, em votação secreta com supervisão do sindicato.

O problema está se a metade eleita pelos funcionários for composta pelos gerentes, chefes, encarregados ou a mando destes. Como também já foi aprovada e sancionada por FHC, no mesmo dia que sancionou a lei do rito sumaríssimo, requer que os

trabalhadores fiquem atentos a qualquer mobilização dentro da empresa no sentido de comunicar seu sindicato sobre a formação da CCP. A CCP terá os trabalhos voltados para uma tentativa de conciliação dos conflitos individuais dentro da empresa. Os casos terão que ser resolvidos em 10 dias. E uma vez conciliado, lavra-se o acordo que terá força de uma sentença judicial

Férias e décimo terceiro podem acabar este ano

O projeto que FHC vai enviar à Câmara em março deste ano propõe a revisão do artigo VII da Constituição, tirando várias garantias individuais, e dando força de lei acordada com os sindicatos. Ou seja, vai prevalecer os acordos trabalhistas sobre a legislação. E aí, com certeza, os patrões vão propor a redução ou o fim de vários direitos trabalhistas como férias, décimo terceiro, horas extras, adicional noturno, FGTS, re-

gistro em carteira entre outros. "Estando na Constituição e na CLT, muitos patrões já não cumprem.

Através de acordos vai ser uma avalanche de perdas para os trabalhadores, prin-



Vicentinho: FHC quer o fim dos direitos individuais e da organização sindical

cipalmente para aqueles que não estão organizados em Sindicatos, ou estão em Sindicatos ou Confederações de Pelegas, corruptos, que fazem o jogo do patrão, avalia Vicente Paulo da Silva (Vicentinho),

presidente da CUT.

Esse alerta de Vicentinho faz lembrar o julgamento de Dissídio que a Contec encaminhou para os funcionários do Banco do Brasil.

Para a CUT, os trabalhadores têm que se mobilizar junto aos deputados federais que representam sua cidade, pedindo que votem contra essa mudança na constituição. Ainda para a CUT se os projetos de FHC forem implementados, será o estrangulamento dos direitos trabalhistas individuais e da organização sindical brasileira.

Lerner ferra o povo com IPVA e pedágio

Um presente de grego, ou melhor, de Lerner, para os paranaenses desembrulharem de janeiro a maio deste ano. É a antecipação do IPVA de 2000. No pagamento a vista tem desconto de 15%, ou em 4 parcelas iguais no valor normal. Lerner não cedeu aos argumentos da oposição, que lembrava ser difícil para milhares de proprietários de veículos

com placa de final 0 (zero), que parcelaram o IPVA de 1999 até fevereiro de 2000, e vão ser obrigados a pagar também, neste mesmo período, o IPVA do ano 2000.



Lerner: antecipação de impostos, gastos desnecessários e Paraná falido

Lembraram ainda que neste período tem IPTU, matrículas e materiais escolares. Veja abaixo quem votou a favor e contra a antecipação do IPVA.

Desgaste e aumento do carro

Com intuito de aliviar o desgaste pela antecipação do IPVA, Lerner enviou carta aos proprietários de carros, explicando que existem três estados da federação que cobram IPVA mais caro do que o do Paraná. Esqueceu de explicar que os veículos tiveram 19% de aumento venal.

Votaram a favor da antecipação do IPVA

Ademar Traiano (PTB)

Antônio Carlos Baratter (PSDB)

Antônio Carlos Belinatti (PSB)

Augustinho Zucchi (PPB)

Basílio Zanusso (PFL)

Beto Richa (PTB)

Carlos Simões (PFL)

César Seleme (PPB)

César Silvestri (PTB)

Divanir Braz Plama (PST)

Duílio Genari (PFL)

Durval Amaral (PFL)

Edno Guimarães (PSL)

Edson Praczyk (PL)

Elio Rusch (PFL)

Fernando Ribas Carli (PFL)

Geraldo Cartário (PSL)

Hermas Brandão (PTB)

Hidekazu Takayama (PTB)

Luis Carlos Martins (PSL)

Luiz Accorsi (PTB)

Luiz Fernando Litro (PSDB)

Miltinho Pupio (PSC)

Nelson Garcia (PFL)

Neivo Beraldin (PSDB)

Plauto Miró Guimarães Filho (PFL)

Renato Gaúcho (PSDB)

Ricardo Chab (PTB)

Serafina Carrilho (PSDB)

Tony Garcia (PPB)

Valdir Rossoni (PFL)

Votaram contra:

Ademir Bier (PMDB)

Ângelo Vanhoni (PT)

Antônio Anibelli (PMDB)

Edgar Bueno (PDT)

Edson Strapasson (PMDB)

Hermes da Fonseca (PT)

José Maria Ferreira (PSDB)

Luiz Carlos Zuk (PDT)

Nereu Moura (PMDB)

Orlando Pessuti (PMDB)

Péricles de Mello (PT)

Waldyr Pugliesi (PMDB)

PEDÁGIO VAI TER AUMENTO

Em 98, desgastado por ter implementado o pedágio e doido prá se reeleger, Lerner abaixou pela metade as tarifas nos pedágios, descumprindo um contrato. As concessionárias ganharam na justiça o cumprimento do contrato. A sentença que saiu em janeiro, obriga o Estado a aumentar em 100% o valor do pedágio. E terá ainda que repor a inflação no período. Ou seja, no Paraná, tudo deverá ficar mais caro nos próximos meses. É o povo pagando de novo a reeleição de Lerner. Para Alcione Cristiano Macedo, diretor do Pactu em Guarapuava "o importante era ter um

governo que se preocupasse com crescimento econômico do Paraná, com a geração de emprego no interior do Estado. Vemos o oposto. É um governo que não investe nos pequenos agricultores, na educação, na segurança, e arrocha o povo com IPVA e aumento de pedágio." É difícil ver o que

Lerner faz para o povo. Cobra o IPVA que era para conservar as rodovias e implementa pedágio para mesmo fim. Isso é cobrar duas vezes pelo mesmo serviço. Alcione.



Alcione: IPVA e pedágio é pagar duas vezes pelo mesmo serviço

Lerner gasta mal o dinheiro do povo

Já vendeu quase todas as empresas públicas paranaenses, como a Telepar, boa parte da Copel e da Sanepar. O Banestado deve ser vendido este ano. Mesmo assim não tem dinheiro. Não é demais lembrar os gastos desnecessários do governo Lerner, como os jogos da natureza em 98, R\$200 milhões. Com publicidade já chega a R\$500 milhões em 5 anos. Mais R\$590 milhões com títulos públicos podres, comprados dos estados de Pernambuco, Alagoas, Santa Catarina e dos municípios paulistas de Osasco e Guarulhos. Até quando o povo do Paraná vai continuar escolhendo mal seus governantes? A situação caótica do Paraná também é de responsabilidade de muitos deputados, vereadores e prefeitos da região do Pactu, que trabalharam para eleição e reeleição de Lerner

PARANÁ FALIDO

Lerner pegou governo em 94, com uma dívida de R\$ 1.431 bi. Atualmente a dívida é de R\$ 11.258, bi. Cresceu quase 8 vezes. A situação é pior do que se apresenta.

Lerner tem apelado para algumas empresas do Paraná, implorando pela antecipação do ICMS. A Petrobras

antecipou 70 milhões de reais e a Spaipa mais 15 milhões, entre outras.

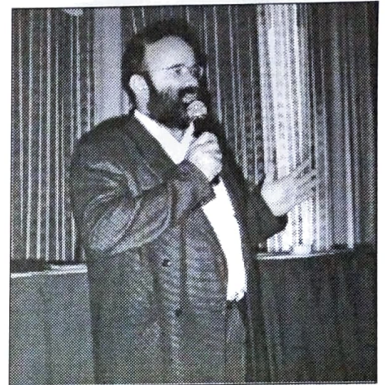
Lerner quer antecipação 1,5 bi de reais em royalties da Usina Hidrelétrica de Itaipu. Para o deputado estadual Ângelo Vanhoni (PT), "o Lerner está gastando as receitas futuras, e vai entregar um Paraná falido".

FHC quer os 40% do FGTS dos desempregados

Pelo menos é que o consta em estudo encomendado pelo ministério do trabalho, onde os 40% sobre o saldo do FGTS seria pago ao governo e não ao demitido. E com esse dinheiro o governo estenderia o pagamento do seguro desemprego aos trabalhadores informais. O estudo têm três argumentos para essa mudança: o primeiro é de que o saldo do FGTS e os 40% estão incentivando o desemprego. O segundo é que o seguro desemprego só protege os trabalhadores formais (com registro em carteira), e o terceiro é que o benefício não protege os trabalhadores mais pobres. Para João Vaccari Neto, bancário, vice presidente da CUT e representante dos trabalhadores no Conselho Curador do FGTS,

os argumentos do Governo não condiz com a realidade. Segundo Vaccari, não dá pra acreditar que numa crise de desemprego crescente e de longa duração para conseguir outro trabalho, o trabalhador vá se empolgar com saldo na conta e por 5 parcelas de no máximo 250 reais. Quanto ao seguro desemprego beneficiar mais as faixas salariais de 2 a 5 salários mínimos, é resultado da dinâmica do mercado de trabalho, havendo uma igualdade entre o perfil dos habilitados ao seguro desemprego com os trabalhadores expulsos do mercado formal. A outra argumentação de que o seguro não protege trabalhadores informais deixou surpresa a

CUT, isto pelo fato da Central já ter apresentado ao Governo, junto com a Força Sindical, um projeto de valorização concreta do seguro-desemprego, aumentando o número e valor das parcelas. Outro item importante do projeto é a incorporação dos trabalhadores informais, dando preferência aos casados, chefes de famílias desempregados, e levando em conta o tempo que está procurando emprego. A CUT teme que se o dinheiro (os 40%) for para a mão do Governo, vá ser usado também para pagar juros da dívida brasileira, que em 99 foi de 139 bilhões de reais. Com isso, acabar ou diminuir os financiamentos de fundos dos trabalhadores como FGTS e FAT. Esses fundos têm como atribuições



Vaccari: os argumentos do governo não condiz com a realidade

originais o financiamento do seguro-desemprego, os programas de geração de emprego e renda; os cursos de qualificação e requalificação de mão-de-obra, financiamento para habitação e saneamento básico.

FHC VAI ENFRAQUECER SINDICATOS

O Governo têm projeto que vai propiciar a criação de sindicatos por empresas, e fragmentar ainda mais a organização dos trabalhadores. Para o presidente da CUT-Pr, Roberto Vonder Osten "a organização sindical no Brasil é ruim. São mais de 20 mil sindicatos, vivendo de taxas compulsórias e sem poder de mobilização. Mas com o projeto do governo, fica pior. Vai

dobrar o número de sindicatos e diminuir ainda mais o poder de intervenção. No projeto continuam existindo as taxas compulsórias, Confederativa e Imposto Sindical.

A CUT tem um projeto de organização sindical que democratiza as relações de trabalho e resolve a maioria dos conflitos trabalhistas no local de trabalho. Entre os

principais pontos estão a implementação do sindicato nacional por ramo de atividade; do contrato coletivo; das OLT's (Organização nos Locais de Trabalho); o fim das taxas compulsórias e o fim do poder normativo da justiça do trabalho. O projeto da CUT será tomado como base para oposição ao do governo.

SINDICATO REGIONAL DÁ OPÇÃO ENTRE CONTEC E CNB-CUT

É prioridade para este ano a consolidação do Sindicato Regional dos Bancários. O Projeto vem sendo elaborado há três anos, e tem superado etapas, como unificações de secretarias e campanhas unificadas entre os Sindicatos envolvidos no projeto. Além dos trabalhos em campanhas contra as privatizações, na defesa da previdência, entre outras. Os bancários da região de

Goioerê, Cianorte e Maringá já estão recebendo a visita de sindicalistas e de informativos e jornal do Pactu.

Os bancários de Maringá estão sendo privilegiados com um jornal especial, é o Pactuingá. É um jornal elaborado pelos Sindicatos de Bancários da CUT do Paraná, e que tem como objetivo mostrar as diversas políticas da CUT e seus Sindicatos, principalmente a proposta de Organização Sindical da CUT. Waltair



Apolinário: Sindicato Regional vai dar opção aos bancários.

Apolinário, diretor do Pactu em Toledo e membro da Comissão Provisória do Sindicato

Regional, expõe o objetivo da CUT ao afirmar que "vamos dar a opção dos bancários se associarem ao Sindicato da CNB, da Contec, da Força Sindical ou da CUT, seja pelo seu poder de mobilização, capacidade de negociação, ou optar por um Sindicato assistencialista, legalista. O importante é ter opção. E o Sindicato Regional vai ser uma opção para os bancários da região. de Cianorte, Goioerê e Maringá, avalia Apolinário.



Botéquio: preservar o meio ambiente é preservar a vida

Edmilson Botéquio, diretor do Pactu e vereador em Paranavaí, denuncia, através de requerimento, aprovado pela Câmara de Vereadores, uma grande agressão ao Meio Ambiente de Paranavaí.

O requerimento foi enviado pela Câmara à Promotoria de Proteção ao Meio Ambiente, pedindo a citação dos Poderes e Órgãos responsáveis pela preservação das nascentes e riachos que circundam o perímetro urbano de Paranavaí. O Vereador denuncia ainda, que essas nascentes e riachos sofrem todo tipo

de agressão, como desmatamento da mata ciliar, assoreamento, erosão, depósito de lixo e entulhos, despejo clandestino de esgoto e dejetos industriais. Ele denuncia também a ocupação desordenada do solo urbano, com liberação irracional de loteamentos sem projetos de preservação ambiental em Paranavaí.

Botéquio quer saber com quais critérios se liberam loteamentos em áreas de risco ambiental? A quem pertence as áreas urbanas de preservação permanente? A quem compete a preservação dessas áreas? No mesmo requerimento,



Lixo e entulhos jogados dentro em nascentes do ribeirão Xaxim, em Paranavaí.

o Vereador Botéquio demonstra sua preocupação com a saúde e com a vida do povo de Paranavaí, e com o futuro da raça humana, quando afirma que

“nossas nascentes e riachos estão poluídos e assoreados, diminuindo progressivamente a sua vazão, podendo secarem definitivamente. A água é recurso natural finito, mas indispensável à vida. Se as espécies de vida animal e vegetal desses ecossistemas desaparecerem, haverá desequilíbrio climático e ambiental. Diante desses crimes ambientais, de tanta irracionalidade, omissão e desrespeito à natureza, que futuro legaremos aos nossos filhos e à humanidade?” Botéquio convida o povo



Em Paranavaí, lixo é jogado dentro do ribeirão Xaxim

para uma reflexão, quando diz que “o mundo sofre com agressões ao meio ambiente, mas Paranavaí é nossa responsabilidade direta. Vamos cuidar deste pedaço do mundo. O poder público e cada cidadão fazendo sua parte.” A direção do Pactu torce para que a Promotoria do Meio Ambiente de Paranavaí, tenha a mesma preocupação que Botéquio tem com a preservação do Meio Ambiente. Para cientistas e geólogos, o maior problema dos próximos séculos será a falta de água potável. E como disse Botéquio, os recursos são finitos, e podem acabar depressa se o meio meio ambiente não for preservado.

DIRETORES DO PACTU EM UMUARAMA SE DESTACAM COMO OS MELHORES DE 99

É o quinto ano consecutivo que o Sindicato dos Bancários de Umuarama/Assis Chateaubriand e Região, é eleito em pesquisa de opinião, como mais atuante em Umuarama.

Em 99, além do Sindicato, outros três diretores foram destaque. Paulino Alves de Almeida foi eleito como o Sindicalista mais atuante, Edilson José Gabriel ficou em segundo lugar e Osni Miguel Santana, diretor do Sindicato, como o vereador mais atuante de 1999.

Foram prêmios merecidos. Esses três companheiros lutam há muitos anos em movimentos populares, religiosos, conselhos, sindicatos



Da esquerda pra direita: Osni, vereador mais atuante em 99. Edilson e Paulino, segundo e primeiro sindicalista destaque do ano.

e em partidos políticos. Caráter, honestidade, coragem e sede de justiça permeiam o trabalho desses diretores. Premiada está também, a comunidade de Umuarama, principalmente os bancários, que sabem que podem contar com esses bravos companheiros na defesa de boas causas e contra qualquer tipo de injustiça. Recebam também os parabéns de toda diretoria do Pactu.

Nota 10

Para ACIU de Umuarama, que confeccionou adesivos contra a cobrança da CPMF, por fazer mal as empresas.

O Pactu apóia porque a CPMF foi mais um imposto criado por FHC para pagar juros de dívida pública.